

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Brasil vai digitalizar acervo sobre ditadura militar

14/06/2011

Uma série de documentos sobre violações dos direitos humanos por agentes do Estado durante o último período autoritário foi repatriada ao Brasil.

O acervo que estava nos Estados Unidos foi entregue pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e pelo Center for Research Libraries a autoridades brasileiras na terça-feira (14/06), na Procuradoria Regional da República em São Paulo.

O material faz parte do acervo Brasil: Nunca Mais, que será digitalizado e colocado à disposição para consulta pela internet. São cópias de 707 processos judiciais do Superior Tribunal Militar (STM).

Outros 4 mil documentos do CMI sobre o período também farão parte do coleção digital, que começa a ser construída em julho e deve estar disponível para acesso em 2012. O Arquivo Público do Estado de São Paulo ficará responsável pelo trabalho.

Essa iniciativa de difusão e pesquisas de documentos é resultado da ação de grupo que contou com a liderança e apoio do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns e do pastor Jaime Wright.

Entre 1979 e 1985, eles copiaram clandestinamente processos do STM e enviaram aos Estados Unidos, na tentativa de preservar a história do país durante os “anos de chumbo”, o que resultou no Brasil: Nunca Mais.

As cerca de 1 milhão de páginas dos processos datados de 1961 a 1976 mostram informações e evidências de violações dos direitos humanos. Já o acervo do CMI é formado principalmente por correspondências trocadas entre Dom Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright, ainda inéditas, durante os seis anos de execução do projeto.

Para o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, a iniciativa promove o direito à memória e à verdade e amplia o acesso dos brasileiros as informações de um período extremamente duro de história brasileira.

“O projeto Brasil: Nunca Mais está em plena consonância com as políticas que o governo federal vem desenvolvendo desde ações da Secretaria de Direitos Humanos, da Comissão de Anistia e do Arquivo Nacional”, ressaltou. A digitalização desses arquivos – complementou Abrão – é um marco que se soma ao Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas.

O projeto do Ministério Público Federal, do Armazém Memória e do Arquivo Público do Estado de São Paulo conta com o apoio da OAB/RJ, do Center for Research Libraries (EUA), do Conselho Mundial de Igrejas (Suíça) e do Instituto de Políticas Relacionais.